



# Diário da Justiça

REPÚBLICA  
FEDERATIVA  
DO BRASIL

ANO LXVII — Nº 134

QUARTA-FEIRA, 15 DE JULHO DE 1992

BRASÍLIA — DF

## Sumário

	Página
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	11013
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	11015
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR.....	11019
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO.....	11019

## Tribunal Superior Eleitoral

Secretaria de Coordenação Eleitoral

Subsecretaria de Taquigrafia, Acórdãos e Resoluções

ATA DA 52ª SESSÃO, EM 19 DE MAIO DE 1992.

### SESSÃO ADMINISTRATIVA

Presidência do Senhor Ministro Paulo Brossard. Presentes os Senhores Ministros Sepúlveda Pertence, Carlos Velloso, Américo Luz, Hugo Gueiros e Torquato Jardim. Compareceu o Dr. Aristides Junqueira Alvaranga, Procurador-Geral Eleitoral. Secretário, Alberto Veronese Aguiar. Não compareceu, por motivo justificado, o Senhor Ministro José Cândido. As dezenove horas foi aberta a sessão, sendo lida e aprovada a Ata da 51ª sessão.

### JULGAMENTOS

- a) Processo nº 11.863 - Classe 10ª - Bahia (Salvador). Solicita o TRE autorização do TSE para prorrogar a requisição do servidor LUIZ ANTÔNIO PERÁCIO MONTEIRO, do Centro Gráfico do Senado Federal. Relator: Ministro Américo Luz. Autorizada a prorrogação. Decisão unânime. Protocolo nº 4.363/92.
- b) Consulta nº 12.677 - Classe 10ª - Distrito Federal (Brasília). Consulta o Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB: "São elegíveis para o cargo de Prefeito, para o período subsequente, no respectivo território de jurisdição, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Prefeito que foi eleito e diplomado mas renunciou ao seu mandato antes da posse, não exercendo o cargo em nenhum período?" Relator: Ministro Sepúlveda Pertence. Respondida afirmativamente. Decisão unânime. Protocolo nº 4.173/92.
- c) Consulta nº 12.678 - Classe 10ª - Distrito Federal (Brasília). Consulta o Deputado Federal GIOVANNI QUEIROZ: "No caso de funcionários de sociedade de economia mista, estes gozam dos mesmos direitos que a Lei prevê para os funcionários públicos, estatutários ou não, no que tange a desincompatibilização obrigatória, nos 3 (três) meses anteriores à eleição?"

- Relator: Ministro Torquato Jardim. Respondida nos termos do voto do Relator. Decisão unânime. Protocolo nº 4.189/92.
- d) Consulta nº 12.693 - Classe 10ª - Distrito Federal (Brasília). Consulta o Deputado Federal Ronaldo Ramos Caiado, tendo em vista o art. 39 da Lei nº 8.214, de 24.7.91, sobre: "1) Até que data poderá o candidato radialista realizar seus programas pessoalmente ou mediante outros radialistas, bem como, exercer suas funções profissionais em outras atividades não vinculadas diretamente ao seu próprio programa? 2) É permitido ao candidato radialista exercer suas atividades no período entre a homologação de sua candidatura pela Convenção e o registro da mesma?" Relator: Ministro Hugo Gueiros. Determinou-se o sobrestamento, aguardando-se julgamento de processo em andamento. Protocolo nº 4.439/92.
- e) Consulta nº 12.694 - Classe 10ª - Rio Grande do Sul (São Gabriel). Consulta do Vereador ARLINDO ROSO DE VARGAS, sobre: "Qual o número de Vereadores que deverão concorrer nas próximas eleições no Município de São Gabriel?" Relator: Ministro Sepúlveda Pertence. Não conhecida. Decisão unânime. Protocolo nº 4.459/92.
- f) Processo nº 12.695 - Classe 10ª - Minas Gerais (Arinos). Solicita o Secretário da Prefeitura Municipal instruções sobre o número de candidatos que cada partido poderá lançar à Câmara Municipal, data de filiação partidária, domicílio eleitoral, data de afastamento de servidores públicos. Relator: Ministro Torquato Jardim. Não conhecido. Decisão unânime. Protocolo nº 4.475/92.
- g) Consulta nº 12.697 - Classe 10ª - Distrito Federal (Brasília). Consulta o Dr. GONZAGA PATRIOTA sobre desincompatibilização de Assessor Parlamentar: "Considerando que Assessor Parlamentar DAS - 3 da Câmara dos Deputados, não obrigado a prestação dos serviços em Brasília, venha a disputar eleição municipal concorrendo ao cargo de Prefeito em cidade do interior de outro Estado da Federação". Relator: Ministro Carlos Velloso. Não conhecida. Decisão unânime. Protocolo nº 4.487/92.
- h) Consulta nº 12.701 - Classe 10ª - Distrito Federal (Brasília). Consulta o Deputado Federal ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME: "Qual o prazo que deverá prevalecer para o afastamento de servidor público, candidato a Vereador, quando ocupante de função na Junta de Administração de Recursos de Infração e Multas de Trânsito (JARI)". Relator: Ministro Torquato Jardim. Não conhecida. Decisão unânime. Protocolo nº 4.513/92.
- Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. E, para constar, eu, Alberto Veronese Aguiar, Secretário, lavrei a presente Ata que vai assinada pelo Senhor Ministro Presidente deste Tribunal. Brasília, 19 de maio de 1992. Ministro PAULO BROSSARD, Presidente em exercício.

### Resoluções

PUBLICAÇÃO DE DECISÕES Nº 112/92.

- 17.865 - PROCESSO Nº 12.124 - CLASSE 10ª - RIO DE JANEIRO (Rio de Janeiro). Súmula: Solicita o TRE autorização do TSE para requisitar a funcionária Vânia Cristina Telles de Oliveira, Taquígrafa Judiciária do Superior Tribunal de Justiça, a fim de auxiliar nos trabalhos preparativos das eleições de 1992. Relator: Ministro Vilas Boas. Decisão: Homologou-se, unanimemente, a proposta da Assessoria. Ementa: - Requisição. TRE/RJ. Servidora do Superior Tribunal de Justiça (Lei nº 6.999, art. 2º). - Dado o tempo decorrido; decidiu este Tribunal consultar ao TRE/RJ se ainda há interesse na requisição da referida servidora. Data do julgamento: 25 de fevereiro de 1992. Protocolos nºs 4.960/91 e 2.161/92.
- 17.918 - PROCESSO Nº 12.124 - CLASSE 10ª - RIO DE JANEIRO (Rio de Janeiro). Súmula: Solicita o TRE autorização do TSE para requisitar a funcionária Vânia Cristina Telles de Oliveira, Taquígrafa Judiciária do Superior Tribunal de Justiça, a fim de auxiliar nos trabalhos preparativos das eleições de 1992.



Relator: Ministro Vilas Boas.

Decisão: Autorizado. Unânime.

**Ementa:**

- Requisição. TRE/RJ. Servidora do Superior Tribunal de Justiça.

- Pedido autorizado (Lei nº 6.999, art. 2º).

Data do julgamento: 17 de março de 1992.

Protocolos nºs 4.960/91 e 2.161/92.

**17.987 - CONSULTA Nº 12.544 - CLASSE 10ª - DISTRITO FEDERAL (Brasília).**

**Súmula:** Consulta o Deputado Federal José Felinto, considerando a criação de município em razão da emancipação de distrito, se: "É elegível ao cargo de Prefeito do novo município resultante da emancipação do distrito, um cunhado do Prefeito do município de que se emancipou o distrito que originou o novo município?"

Relator: Ministro José Cândido.

Decisão: Respondeu-se afirmativamente. Unânime.

**Ementa:**

- Consulta. Elegibilidade. Cunhado de Prefeito do município-mãe. Candidato ao mesmo cargo eletivo no município novo.

- Jurisprudência do Tribunal tem se firmado no sentido de que não são inelegíveis, no novo município, desde que respeitados os requisitos de domicílio eleitoral e filiação partidária, os parentes consanguíneos ou afins, até segundo grau ou por adoção, de Prefeito, titular do município-mãe, ou de quem os haja substituído (Precedentes: Resoluções nºs 17.440/91 e 17.669/91).

Data do julgamento: 31 de março de 1992.

Protocolo nº 2.772/92.

**18.111 - PROCESSO Nº 12.614 - CLASSE 10ª - DISTRITO FEDERAL (Brasília).**

**Súmula:** Aplicação aos servidores da Justiça Eleitoral do limite máximo de remuneração conforme Ata da 25ª Sessão Administrativa do STF.

Relator: Ministro Américo Luz.

Decisão: Aprovado. Unânime.

**Ementa:**

- Dispõe sobre a remuneração dos servidores da Justiça Eleitoral.

Data do julgamento: 5 de maio de 1992.

Protocolo nº 3.206/92.

**18.234 - CONSULTA Nº 11.113 - CLASSE 10ª - DISTRITO FEDERAL (Brasília).**

**Súmula:** Consulta o Deputado Federal Renato Johnsson sobre a possibilidade do TSE expedir normas para permitir alistamento condicional aos jovens que completarão 16 anos entre os dias 25 de junho e 3 de outubro.

Relator: Ministro Torquato Jardim.

Decisão: Julgada prejudicada por perda de seu objeto. Unânime.

**Ementa:**

- Consulta. Deputado Federal. Pleito de 3.10.90. Normas para alistamento condicional de jovens que completarão 16 anos entre os dias 25 de junho e 3 de outubro.

- Prejudicada por evidente perda de seu objeto.

Data do julgamento: 9 de junho de 1992.

Protocolo nº 3.201/90.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

Imprensa Nacional — IN

SIG — Quadra 6, Lote 800 — 70604-900 — Brasília/DF

Telefones: PABX: (061) 321-5566 — Fax: (061) 225-2046

Telex: (061) 1356

CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA

Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR

Coordenador de Produção Industrial

DIÁRIO DA JUSTIÇA — Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA

Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

JOSE EDMAR GOMES — MIGUEL FELIX DOS ANJOS

Editores

**Publicações:** os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias no horário das 7:30 às 13:00 horas. Qualquer reclamação deve ser encaminhada, por escrito, à Divisão de Jornais Oficiais no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

**Assinaturas:** as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

	Diário Oficial			Diário da Justiça	
Preços	Seção I	Seção II	Seção III	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral .....	Cr\$ 121.000,00	Cr\$ 31.000,00	Cr\$ 110.000,00	Cr\$ 122.400,00	Cr\$ 194.000,00
Portes:					
Superfície .....	Cr\$ 61.050,00	Cr\$ 30.030,00	Cr\$ 53.460,00	Cr\$ 61.050,00	Cr\$ 110.550,00
Aéreo .....	Cr\$ 156.420,00	Cr\$ 77.220,00	Cr\$ 156.420,00	Cr\$ 156.420,00	Cr\$ 283.140,00

**Informações:** Seção de Assinaturas e Vendas — SEAVEN/DIJCUM

Telefone: (061) 226-6812

Horário: 7:30 às 19:00 horas

**18.261 - CONSULTA Nº 12.790 - CLASSE 10ª - DISTRITO FEDERAL (Brasília).**

**Súmula:** Consulta o Deputado Federal José Luiz Maia: "O radialista que seja candidato a Prefeito Municipal ou Vereador em um município qualquer e que trabalhe como locutor, repórter, comentarista, ou que mantenha programa de rádio em emissora de município vizinho, estaria impedido de exercer o seu trabalho a partir do registro da respectiva candidatura, mesmo sendo esta em município diverso daquele em que postula o cargo público eletivo?"

Relator: Ministro José Cândido.

Decisão: Respondida negativamente, nos termos do voto do Ministro Relator. Unânime.

**Ementa:**

- Consulta. "O radialista que seja candidato a Prefeito Municipal ou Vereador em município qualquer e que trabalhe como locutor, repórter, comentarista, ou que mantenha programa de rádio em emissora de município vizinho, estaria impedido de exercer o seu trabalho a partir do registro da respectiva candidatura, mesmo sendo esta em município diverso daquele em que postula o cargo público eletivo?"

- Não se trata de inelegibilidade prevista na Lei Complementar nº 64/90, mas sim de previsão contida no artigo 39 da Lei nº 8.214/91.

- Respondida negativamente.

Data do julgamento: 9 de junho de 1992.

Protocolo nº 5.288/92.

**18.262 - PROCESSO Nº 12.793 - CLASSE 10ª - DISTRITO FEDERAL (Brasília).**

**Súmula:** Solicitação do Partido Cívico de Desenvolvimento Nacional - PCDN, no sentido de que o tempo destinado ao horário da propaganda eleitoral concedido aos partidos de maior representação parlamentar, seja reduzido para uma proporção menor, possibilitando a um partido novo melhor oportunidade para transmitir a sua mensagem.

Relator: Ministro Américo Luz.

Decisão: Indeferido nos termos do voto do Relator e da informação da Assessoria. Unânime.

**Ementa:**

- Solicitação. Partido Cívico de Desenvolvimento Nacional - PCDN. Consulta. Eleições municipais de 1992. Redução de tempo de horário de propaganda eleitoral dos Partidos Políticos com maior representação parlamentar.

- Direito assegurado por lei, impossível, portanto, de alteração.

- Indeferida.

Data do julgamento: 9 de junho de 1992.

Protocolo nº 5.294/92.

**18.274 - CONSULTA Nº 12.794 - CLASSE 10ª - DISTRITO FEDERAL (Brasília).**

**Súmula:** Consulta o Deputado Federal Giovanni Queiroz: "No caso dos funcionários de Empresas Concessionárias dos Serviços Públicos de Telecomunicações Estaduais, Municipais, do Distrito Federal e particulares aplica-se o disposto no artigo 1º, inciso II, alínea 1 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990? Em consequência, é aplicável a Resolução nº 18.019/92?"

Relator: Ministro Sepúlveda Pertence.

Decisão: Não conhecida. Unânime.

**Ementa:**

- Consulta. Funcionários de Empresas Concessionárias dos Serviços Públicos de Telecomunicações. Aplicação do disposto no art. 1º, II, alínea 1 da LC nº 64/90 e Resolução nº 18.019/92.

- Estando já em curso o período de convenções e registro de candidatos, o Tribunal não conheceu da consulta.

Data do julgamento: 11 de junho de 1992.

Protocolo nº 5.311/92.

**18.277 - PROCESSO Nº 12.801 - CLASSE 10ª - GOIÁS (São João d'Alcântara).**

**Súmula:** Solicita o Prefeito Municipal que o TSE baixe resolução determinando a instalação de mesa receptora de votos na localidade do Vale do Paraná, cuja solicitação feita ao Juízo Eleitoral foi indeferida.

Relator: Ministro Torquato Jardim.

Decisão: Não conhecido. Unânime.

**Ementa:**

- Mesa receptora. Instalação. Solicitação.

- À falta de legitimidade do requerente para se dirigir a esta Corte (art. 23, XII, CE), não se conhece do pedido.

Data do julgamento: 11 de junho de 1992.

Protocolo nº 5.376/92.

**18.283 - PROCESSO Nº 12.804 - CLASSE 10ª - DISTRITO FEDERAL (Brasília).**

**Súmula:** Encaminha a 1ª Secretaria da Câmara dos Deputados cópia da indicação de autoria do Deputado Costa Ferreira que sugere a inclusão, nas instruções das eleições, permissão para que seja distribuída senha aos que, por motivo de confissão religiosa, não possam exercer o direito de voto durante o dia de sábado.

Relator: Ministro Américo Luz.

Decisão: Indeferido. Unânime.

**Ementa:**

- Deputado Federal. Cópia da Indicação nº 49/92. Pleito de 3.10.92. Eleitores impedidos de votar por motivos religiosos. Prorrogação do horário de entrega das senhas.

- Tem sido entendimento da Corte a impossibilidade de prorrogar o horário de votação para as eleições de 1992, em decorrência de previsão legal (art. 153, CE). Também, por imposição de lei, torna-se impossível ao Tribunal prorrogar o horário de entrega das senhas.

Data do julgamento: 16 de junho de 1992.

Protocolo nº 5.455/92.



# Superior Tribunal Militar

## Diretoria Judiciária

SEÇÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO  
Publicação para fins de intimação  
RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 278-8

Recorrente: EDIR SANTOS VIEIRA, 1º Ten. Temp. Ex.  
Recorrida: A Justiça Militar Federal  
Advogada: Drª Kátia Tavares

### DESPACHO

"EDIR SANTOS VIEIRA, 1º Tenente Temporário do Exército, por intermédio de sua Advogada, Dra. KÁTIA TAVARES, interpõe o presente Recurso Extraordinário, com fulcro no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, e nos artigos 570 e seguintes do Código de Processo Penal Militar, pretendendo ver nulificado o Acórdão desta Corte prolatado nos autos da Apelação nº 46.262-7 (RJ), assim como todo o processado, ab initio, por entender violados, de forma multifária, os princípios constitucionais insitos no inciso LV, do artigo 5º, da Carta Magna, face à existência, nos autos, de duas peças exordiais acusatórias contra o ora Recorrente, com capitulações diferentes, configurando-se a proscrição "denúncia alternativa", o que impediu a promoção de sua plena defesa. Além deste, a digna Defensora faz alusão à violação de outros princípios atinentes ao devido processo legal, tais como a imprescritibilidade da vinculação temática do juiz ao fato concreto e o desrespeito ao caráter dialético e isonômico da relação processual.

O douto Procurador Militar, Dr. RUBEM GOMES FERRAZ, que oficiou nos autos como representante da Procuradoria-Geral da Justiça Militar, em seu Parecer, opina pela inadmissão de Recurso sub examen, por

entender que os temas propostos, em que pese a sua atualidade e relevância, não se enquadram à hipótese vertente.

É o relatório.

DECIDO:

Prima facie, verifica-se que a presente interposição se deu tempestivamente, uma vez que, conforme a Certidão de folhas 213, o Recorrente e sua digna Defensora foram intimados do inteiro teor do Acórdão, ora impugnado, em 02 de junho do corrente ano, tendo a petição recursal sido protocolada, nesta Corte, em 15 de junho subsequente, portanto, dentro da quinquena preconizada no artigo 26, da Lei nº 8.038 de 28 de março de 1990.

A matéria perquirida neste Extraordinário, efetivamente, versa sobre tema constitucional, de notória relevância, mormente na cidade-la do direito processual penal, onde o due process of law merece precuciente observância e, de modo particular, quando é reclamada a violação, em tese, ao cânone da ampla defesa.

O Recorrente vem prequestionando, desde a Instância primeira e nesta Superior Corte Castrense, em sede de Embargos Declaratórios, o postos ao Acórdão lavrado em seu recurso de Apelação, os temas constitucionais insitos na peça vestibular recursal sub examen, sem, contudo, resignar-se ante as conclusões expendidas pelos inclitos julgadores que oficiaram nos autos, por entender que a matéria deixou de ser apreciada à luz dos princípios constitucionais ora invocados.

Com efeito, depreende-se do extenso arazoado de folhas 193 usque 195, que o Acórdão hostilizado fixou-se na ocorrência da conexão instrumental ou probatória, para ilidir os reiterados reclamos da Defensoria, sem perquirir quanto às figuras da "denúncia alternativa" e do efetivo prejuízo à defesa do Réu, embora admitisse a existência de duas exordiais acusatórias, com diferentes classificações, dirigidas ao ora Recorrente.

Ex positis, atendidos os pressupostos de admissibilidade estabelecidos no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Carta Política, no artigo 26 e seus incisos, da Lei nº 8.038/90, e na pacífica jurisprudência do Pretório Excelso, ADMITO o presente Recurso Extraordinário.

Em consequência, abra-se vista, sucessivamente, ao Recorrente e à douda Procuradoria-Geral da Justiça Militar, na conformidade do artigo 575, do Código de Processo Penal Militar.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 09 de julho de 1992.

MINISTRO-PRESIDENTE HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA  
General-de-Exército

### DADOS ESTATÍSTICOS DOS TRABALHOS REALIZADOS - JUNHO DE 1992

MINISTROS	FEITOS		FEITOS		VOTOS		ACORDAOS		TOTAL
	DISTRIBUIDOS	RELATOR	CONCLUSOS	REVISOR	PROFERIDOS	REVISOR	LAVRADOS	ACORDAOS	
HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA (PRESIDENTE)	1	1	1	1	1	1	1	1	1
ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA	2	5	0	1	2	4	0	2	16
ALDO DA SILVA FAGUNDES	1	1	6	7	5	11	0	4	35
ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES	3	7	6	6	2	6	1	2	33
CHERUBIM ROSA FILHO	1	0	13	1	11	2	1	13	42
EVERALDO DE OLIVEIRA REIS	3	1	7	0	7	1	2	4	25
EDUARDO PIRES GONCALVES	1	3	2	8	4	12	0	3	33
GEORGE BELHAM DA MOTA	2	1	7	1	6	0	0	6	23
JOSE DO CABO TEIXEIRA DE CARVALHO	1	1	8	0	2	0	0	4	16
JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANNA	5	0	10	0	8	1	0	5	29
JORGE JOSE DE CARVALHO	4	2	9	0	5	0	0	5	25
LUIZ LEAL FERREIRA	3	2	10	0	4	1	0	4	24
PAULO CESAR CATALDO	4	3	10	7	1	7	0	0	33
RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO	4	0	6	1	5	1	1	5	23
WILBERTO LUIZ LIMA	4	1	8	0	5	1	0	5	24
TOTAL GERAL	38	27	102	32	67	47	5	62	381

Brasília, 09 de julho de 1992. Vistos: LUIZ MALTA COELHO, Diretor Judiciário; GEN. EX. HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, Ministro-Presidente.



## ATENÇÃO

A Imprensa Nacional não credencia empresas para revenda de *Diário Oficial* e *Diário da Justiça* e não se responsabiliza, portanto, por assinaturas que venham a ser efetivadas por intermédio de terceiros.

## Ministério Público da União

### Ministério Público Federal

### Procuradoria da República na Bahia

PORTARIA Nº 17, DE 08 DE JULHO DE 1992

A PROCURADORA-CHEFE, EM EXERCÍCIO, DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA, no uso de sua competência e tendo em vista o que consta do OF. nº 249/92 - SPC, do MM. Juiz Federal da 3ª Vara desta Seção Judiciária, resolve:

Designar o Dr. HUGO GOMES DE ALMEIDA, Procurador da República, para, em substituição ao Dr. PAULO MACHADO CORDEIRO, como representante do Ministério Público Federal, acompanhar a Ação Sumaríssima (autos nº 2644-1/91), que ALTAVI COQUEIRO BERBEL, representado por MIRIAN COQUEIRO DE ASSIS e Outro, movem contra o INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ - IBC, em tramitação na mencionada 3ª Vara da Justiça Federal.

MARIA DAS MERCÊS GORDILHO OLIVIERI



## ASSINATURAS

A Imprensa Nacional esclarece aos assinantes que:

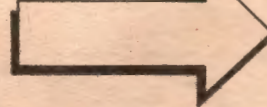
- as assinaturas do Diário Oficial e do Diário da Justiça são feitas por período de três meses, não tendo efeito retroativo
- a data de vencimento da assinatura é impressa em cada exemplar enviado (confira a etiqueta na primeira página)
- as reclamações para eventual reposição devem ser feitas no prazo de 15 dias da data de publicação
- as renovações devem ser efetuadas com 10 dias de antecedência de seu término, para evitar interrupção nas remessas
- em caso de órgão público, renovação automática, com faturamento trimestral. Anexar ao pedido cópia de empenho estimativo.

### Valor da Assinatura Trimestral

### Valor do Porte (por assinatura)

Diário Oficial — Seção I — Cr\$ 121.000,00  
Diário Oficial — Seção II — Cr\$ 31.000,00  
Diário Oficial — Seção III — Cr\$ 110.000,00  
Diário da Justiça — Seção I — Cr\$ 122.400,00  
Diário da Justiça — Seção II — Cr\$ 194.000,00

acrescido do



Superfície	Aéreo
Cr\$ 61.050,00	156.420,00
Cr\$ 30.030,00	77.220,00
Cr\$ 53.460,00	156.420,00
Cr\$ 61.050,00	156.420,00
Cr\$ 110.550,00	283.140,00

### Informações:

Seção de Assinaturas e Vendas da Imprensa Nacional (DICOM/SEAVEN)

Telefone (061) 226-6812

Horário: 7:30 às 19:00 horas

